

M E M O R A N D O

Os anexos I, II e III permitem situar a posição das conversações tidas entre o Ministério da Defesa Português e o Ministério Federal da Defesa da R.F.A. até fins de 1973.

Os anexos I e II são, respectivamente, as versões portuguesa e alemã da reunião tida entre o Ministro da Defesa Português e o Sr. Fingerhut, Secretário de Estado da Defesa Alemão em Dezembro de 1973.

NOTA - é de interesse a leitura dos 2 documentos porque apresentam ligeiras diferenças - está-se em crer que a versão alemã é que escamoteou certos aspectos que não lhe convinha que ficassem "preto sobre branco".

O anexo III é o despacho do presidente da Comissão Mista Luso-Alemã (C.M.L.A.) que determina a orientação do trabalho a executar pelo grupo de trabalho já previamente afectado ao designa do "Projecto TRITON" - constituído pelo Brig. Engº Aer. Rui C.C. Espadinha e pelo Ten. Cor. Angelo Fernandes da C.M.L.A..

O anexo IV é o documento produzido por este grupo de trabalho.

Após apresentação deste documento, em Fevereiro de 1974, à Delegação Alemã, estiveram previstas conversações entre as 2 Delegações, Portuguesa e Alemã, em Março e depois Abril de 1974, mas que, por força dos acontecimentos de 25 de Abril só se vieram a concretizar em princípios de Outubro.

Estas conversações deram origem à aceitação tácita por parte dos Alemães da posição expressa pelo lado português e, nesse sentido à criação de 2 grupos de trabalho, um português e outro



alemão, com vista a determinar os trabalhos indispensáveis a efectuar, de modo a permitir a utilização do TRITON como unidade fabril em actividade aeronautica no enquadramento da missão das OGMA e o respectivo custo (ordem de grandeza).

O relatório do grupo português foi apresentado à Delegação Alemã em fins de Novembro/Dezembro de 1974.

Teve-se conhecimento que do lado Alemão também estiveram a trabalhar nessa proposta e que já teriam posições definidas sobre o assunto. Soube-se também, particularmente, que, mau grado estarem os alemães interessados numa solução rápida do assunto, te riam tudo parado a aguardar o resultado das eleições.

Concluindo, neste momento aguarda-se que os alemães se pronunciem sobre o que se vai fazer.

2 de Maio de 1975.

ANEXO I

4/4

As Senhoras Presidentes da Comissão de
re. Alemanha.

Por último, para o dia 6: Sem realização.
As Senhoras Presidentes da Comissão de
re. Alemanha.

Nota sobre a Reunião com o Sr. Fingerhut, Secretário de
Estado da Defesa da R.F.A., em 11 de Dezembro de 1973

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Em 11. Dez. 1973, o Presidente da Comissão de
re. Alemanha.

1. Na primeira parte da reunião participaram apenas o Secretário de Estado e o Ministro da Defesa Nacional acompanhados por dois interpretes.

- a) O Sr. Fingerhut começou por declarar ser intenção do Ministro da Defesa da R.F.A. continuar a manter as melhores relações com o Departamento da Defesa de Portugal, dentro de um espírito de leal colaboração.

Tinha, porém, dificuldades enormes com o Parlamento (mesmo com os deputados do seu partido) e com alguns colegas, nomeadamente o Ministro das Finanças, que exerciam pressão para que a Alemanha abandonasse pura e simplesmente a base de Beja. Não o faria, porém, mas teria que modificar os termos em que estava a ser utilizada até porque isso era imposto pelas alterações que iriam ser introduzidas na orgânica das F.A. da R.F.A. e nos seus conceitos estratégicos.

- b) A seguir informou que as F.A. Alemãs, por decisão do Ministro da Defesa, queriam auxiliar as vítimas do sismo dos Açores, oferecendo para isso 500 cobertores, 1.000 toalhas e um número indeterminado de colchões.
- c) A primeira parte das declarações do Sr. Fingerhut respondi que certamente, na reunião de trabalho que se ia seguir com os nossos colaboradores, precisaria melhor o seu pensamento, concretizando o que tencionavam fazer relativamente a Beja.



1.47.

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

✓ Desde já, porém, tinha que dizer não poderemos aceitar uma decisão unilateral. O regime de utilização de Beja fora definido num acordo cuja vigência terminava em 1 de Agosto de 1978, se alguma das partes com um ano de antecedência declarasse querer denunciá-lo pois, se assim não sucedesse, a sua vigência prolongar-se-ia até 1981. Se a R.F.A. queria modificar tal regime só o poderia fazer por via de negociações. Nesta base ouviria as sugestões do Senhor Fingerhut as quais seriam estudadas dentro do espírito de bom entendimento e colaboração do M. da D. da R.F.A. que era também o meu.

Quanto à oferta de auxílio às vítimas do sismo dos Açores transmiti-la-ia ao meu colega do Interior. Esta declaração foi feita cortezmente mas de forma a dar a entender que não nos interessava aceitar a oferta.

- × 2. Na segunda parte da reunião participaram também: do lado português General Augusto dos Santos, Brigadeiro Novais Gonçalves, Brigadeiro Alberto Fernandes, Ten. Coronel Angelo Fernandes e Ten. Coronel Santos Moreira; do lado alemão General Cescotti e Conselheiro Backes.
- a) A reunião abriu com uma longa exposição do Sr. Fingerhut a respeito da utilização da Base de Beja, às instalações de Tróia e ao plano Triton. Resume-se a seguir:

I - BASE DE BEJA

Até à data a Base tem sido utilizada por militares para a instrução (com a execução do tiro das armas de bordo) e por pilotos civis.

./.

2.47.

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Agradecia ao Governo Português ter permitido a realização de fogos reais no Campo de Tiro de Alcochete a pilotos de aviões F 104G e G91. A Força Aérea da R.F.A. precisava, porém, de dispor de um Campo de Tiro Tático e como o não conseguira em Portugal (apesar da boa vontade manifestada pelas nossas Autoridades) tinha-o instalado na Sardenha. Por isso, de futuro, a partir de 1974, a base deixaria de ser utilizada para treino de tiro dos pilotos e passaria a ter só as seguintes utilizações:

- exercícios não táticos (tais como rendição de unidades, etc.) de curta duração;
- destino final para voos de navegação a longas distâncias;
- treino de unidades que não envolva a utilização das armas de bordo;
- treino de pilotos civis da Lufthansa.

Pretendem conservar a Base por forma a que, se as circunstâncias o aconselharem, possa dentro dum breve prazo voltar a ser utilizada em condições normais.

A redução planeada era portanto quase exclusivamente quanto aos efectivos que se deslocavam a Beja para receber instrução.

O pessoal permanente da Base seria reduzido quando muito em 10% do efectivo actual.

Julgava que esta redução se poderia efectivar sem necessitar de qualquer alteração aos acordos em vigor.

./.

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Já o mesmo se não verificava quanto ao

II - Projecto TURISTA (porto de Tróia)

A concepção de uma guerra futura, a evolução técnica e a mudança das concepções estratégicas da NATO, agora agravadas ainda com as dificuldades de abastecimento em combustíveis, afectavam sensivelmente as comunicações marítimas e portanto a utilidade do porto de Tróia como terminal funcionando em ligação com a Base de Beja. Assim as Autoridades Alemãs prescindiam das facilidades concedidas pelas Autoridades Portuguesas e propunham a realização de conversações para este efeito.

III - Projecto TRITON (reparação de motores de reacção J79 dos aviões F104G nas OGMA em ALVERCA)

As Autoridades Alemãs haviam feito tudo para levar a bom termo a conclusão deste projecto. Mas isto não era viável sem o apoio da indústria. Assim haviam procurado obter e conseguido a ajuda da MTU de Munique, que é a maior firma alemã de reparação de motores de reacção. Mas havia-se chegado à conclusão de que o projecto não era rentável:

12. Havia que investir 30 milhões de Marcos em infraestruturas e equipamento e que dispendir 20 milhões de marcos com a preparação do pessoal no período do arranque.

2.47

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Passado este período, mesmo já depois de amortizada a instalação e montagem, o programa ficaria sempre com um deficit anual de 0,5 milhões de Marcos.

O Governo Federal, até 1981, poderia assegurar o envio de 16 motores mensais para reparação, o que daria 192 motores por ano. Mas a partir de 1988 a Alemanha já só deveria poder enviar uns 140 motores por ano.

Como não estavam à vista quaisquer clientes seguros além do Governo Alemão, concluia-se que não podia ser do interesse nem do Governo Alemão nem do Governo Português a montagem com grandes sacrifícios duma empresa cujo funcionamento se sabia já de antemão vir a ser deficitária.

Assim o Governo Português poderia dispor das construções do projecto TRITON conforme entendesse; e, poder-se-ia discutir também o envio para Portugal do equipamento já adquirido, no valor de cerca de 10 milhões de DM. Ele pessoalmente defendia esta solução.

Para finalizar queria dizer que, em virtude de a colaboração entre os dois Ministérios não haver atingido o desenvolvimento que inicialmente se previa, principalmente por não ter sido possível conseguir arranjar em Portugal um Campo de Tiro Ar-Terra Tático, pretendiam dissolver os SCLAP.

Parte do pessoal (principalmente o militar) ficaria sob as ordens do Adido Militar, que seria elevado à categoria de Coronel ou Capitão de Mar-e-guerra.

./.

1.7

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Outra parte passaria para Beja (nomeadamente o pessoal civil de administração e técnico) e o restante pessoal (a maior parte) regressava à Alemanha (alemães) ou era despedido (portugueses e alemães residentes em Portugal).

Esta dissolução foi imposta pela Comissão Parlamentar competente, com efeito a partir de 1 de Janeiro de 1974.

Para finalizar propunha que fossem nomeados peritos para discutir as necessárias alterações aos acordos e apreciação das consequências.

3. Na minha resposta comecei por dizer que a iniciativa da celebração dos acordos partira do Governo Alemão e que deles directamente não resultavam quaisquer vantagens para Portugal, mas que o seu não cumprimento nos prejudicava. Era o caso da Base de Beja, a que estavam ligados os problemas da Zona residencial; o de Troia, onde existiam compromissos para a dragagem do Canal da Barra do Sado ainda para os anos de 1974 e 1975; era ainda o caso do TRITON. As construções levadas a cabo haviam impedido a evolução e expansão natural e ordenada das OGMA.

Quanto aos SCLAP: haviam sido criados por acordo de 1966 que previa um período de vigência igual ao do Tratado do Atlântico Norte. Posteriormente também por acordo, fixou-se 1 de Agosto de 1978, como termo da sua vigência, com possibilidade de ser prorrogado até 1981.

2. 4.

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

A solução agora preconizada não está conforme tal acordo que preconiza p. ex. a sua articulação em serviços militares e administrativos com sede em Lisboa. Integrando a parte militar na Embaixada Alemã e enviando a parte administrativa para Beja, isto equivale na verdade à dissolução dos SCLAP.

Acresce que a subordinação do Adido Militar Alemão ao seu Ministério dos Negócios Estrangeiros não deixará de complicar as relações directas entre os dois Departamentos da Defesa.

Não se poderia portanto aceitar uma situação em manifesta contradição com o espírito e a letra dos Acordos.

Compreendia, porém, as dificuldades do M. da Defesa da R.F.A. e por isso, dentro do espírito do bom entendimento que o Senhor Fingerhut incocon aceitava que encetássemos conversações para rever os acordos.

Para esse efeito pedi que me fosse confirmado por escrito o que acabava de ouvir relativamente a todos os assuntos tratados, de forma a que os serviços portugueses pudessem estudar as sugestões alemãs. Depois, em reunião com os serviços alemães procurar-se-ia uma solução equilibrada que tivesse devidamente em conta os interesses dos nossos dois Países.

4. O Senhor Fingerhut concordou com este sistema de trabalho e prometeu enviar o texto com as sugestões alemãs dentro de quinze dias, pedindo que a reunião dos representantes dos dois Departamentos da Defesa tivesse lugar, se possível, durante o próximo mês de Janeiro.

1.7

MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

Voltou a referir-se ao interesse que o M. da D. da R.F.A. tinha em manter boas relações com o seu Departamento. Citou, a título de exemplo, ter conseguido, em 10 de Setembro do ano corrente que nos fossem fornecidas espoletas para granadas de morteiro e componentes de metralhadora M.G. 42.

5. Manifestei apreço por esta facilidade, mas disse que do nosso lado o que interessava mais era podermos contar com fornecimentos que permitissem às nossas F.A. saber antecipadamente, e com segurança, o que podiam incluir nos seus planos de equipamento e armamento.

Interrompeu-me, dizendo que tudo dependia de se encontrar uma fórmula satisfatória para a "clausula do destino final". Deixei cair a observação por não saber concretamente em que situação está o assunto no MNE.

6. Continuando, o Senhor Fingerhut pediu licença para abordar outro assunto.

Tratava-se dos dois contratos com a Fundição e Construção Mecânica de Oeiras (FCMO) ainda pendentes.

- a) Haviám rescindido o contrato para as munições de Panzerfaust devido aos enormes atrasos da FCMO e por se tratar de munição que já não interessava.

Pedia que o Departamento da Defesa interviesse junto da FCMO para que fosse devolvida a importância que haviam recebido adiantadamente e que estava garantida por aval do Estado Português.

./.

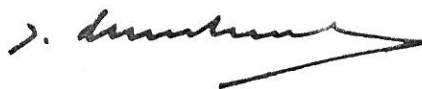
MINISTRO
DA
DEFESA NACIONAL

b) Munições de morteiro cal. 120 mm a

- Pretendem que a FCMO entregue até ao final de 1974 as 70 540 munições ainda em falta.

Propunham uma reunião em Fevereiro de 1974 para discussão destes problemas.

Respondi-lhe que este assunto já constituía minha preocupação e que se iria fazer uma diligência junto da Empresa para se tentar resolver os problemas pendentes na orientação indicada.

J. 

No âmbito de todas essas considerações e propostas, não está excluída a possibilidade de a base de Beja voltar a ser utilizada um dia, com maior intensidade, em condições diferentes das actuais.

2. Instalações portuárias de emergência

O plano inicial que atribuía às instalações portuárias de emergência na península de TROIA um papel importante no abastecimento das FARFA em case de guerra, juntamente com a base aérea de Beja, não pôde ser mantido desde algum tempo, perante as modificações da concepção dum conflito militar eventual, o actual conceito estratégico da OTAN, e a recente evolução no domínio da tecnologia. Acrescenta-se ainda o problema (ainda não resolvido) do abastecimento de combustíveis para a evacuação, pelas vias aérea e marítima, do material militar chegado; este problema (se for possível resolvê-lo) só poderia ser solucionado mediante um esforço financeiro muito importante.

Em presença desta situação, as FARFA encontram-se na obrigação de renunciarem os direitos de utilização das referidas instalações que lhes tinham sido concedidos pelo Governo Português, agradecendo-lhe ao mesmo tempo a concessão dessas facilidades e solicitando que o Governo Português disponha das instalações, à sua disposição.

3. Instalações de manutenção de reactores "TRITON"

O Ministério federal da Defesa tem observado com particular apreensão, nos últimos anos, a evolução da situação das instalações TRITON. Embora já não tenha existido, há algum tempo, qualquer necessidade militar do lado da Força Aérea Alemã, devido às modificações da concepção dum conflito militar eventual e uma concepção estratégica igualmente transformada, o Ministério federal da Defesa tem feito todos



os esforços a seu alcance para conseguir a conclusão das obras e o lançamento das operações desta instalação, no interesse da colaboração luso-alemã. No entanto, o referido Departamento encontrou-se finalmente na obrigação de reconhecer que a operação duma instalação tão moderna é impossível sem a ajuda activa e participação da própria industria. Na verdade, conseguiu-se interessar a maior empresa alemã no sector dos propulsores (MASCHINEN UND TURBINEN-UNION, de Munique), neste projecto. Todavia, depois de investigações pormenorizadas sobre as quais a DP/CMLA foi informada desde 1972, o Ministério federal da Defesa concluiu - juntamente com a MTU - que a conclusão das obras nas instalações de manutenção de reactores em ALVERCA, e o lançamento das operações nelas, não poderiam ser justificados perante o Governo Português, nem perante os contribuintes alemães. Esta conclusão está baseada nas seguintes considerações:

a. Custo; cálculo da rentabilidade

As despesas ainda necessárias com a conclusão das obras de infraestruturas nas instalações de manutenção de reactores importam em mais de 30 milhões de DM. Outros 20 milhões de DM seriam necessários à formação inicial do pessoal e à fase de lançamento das operações, - despesas essas que nos termos dos acordos em vigor, não estariam a cargo da RFA.

Terminada esta fase - isto é, com as instalações a funcionarem completamente, e no caso de ser utilizada a capacidade total delas -, as despesas seriam superiores às receitas, de 0,5 milhões de DM aproximadamente, cada ano; a empresa funcionaria portanto em regime deficitário.

b. Utilização das capacidades

Nas condições actuais, a Força Aérea Alemã poderia enviar cada mês 16 reactores J-79 (portanto, 192 reactores em cada ano) para serem revisados nas instalações TRITON. No entanto, este número diminuiria constantemente a partir de 1981, de modo que desde 1988, apenas 140 reactores poderiam ser enviados a ALVERCA. Segundo os estudos realizados pela MTU e pelo Ministério federal da Defesa, as perspectivas de receberem estas instalações encomendas de outros olientes (militares ou civis), são extremamente fracas e dever-se-ia contar a longo prazo, por consequente, com uma utilização nitidamente em diminuição, aumentando ainda mais o deficit acima referido.

Resumindo estes condicionalismos pouco animadores, impõe-se a conclusão que ir-se-ia montar neste caso um empreendimento que deveria contar, desde o início, com um deficit acompanhado por uma utilização constantemente em diminuição. Tal resultado não seria provavelmente consoante com os interesses do Governo Português, nem com aqueles do Governo Alemão.

É com muita pena que o Ministério federal da Defesa verifica que não prevê outra solução senão o abandono do projecto TRITON, solicitando ao mesmo tempo a compreensão do Governo Português e seu consentimento, para com esta medida, e sugerindo ainda que as instalações desde já existentes sejam destinadas a qualquer outra utilização razoável que convenha ao Governo Português.

4. Serviços Centrais de Ligação Alemães em Portugal (SCLAP)

Finalmente, algumas observações são necessárias no que diz respeito aos SCLAP.